



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
DIREÇÃO GERAL DO CAMPUS BINACIONAL
COORDENAÇÃO DE GRADUAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ROSIENE ANIKA BATISTA
SANDRIELE BATISTA DOS SANTOS

O CURRÍCULO ESCOLAR KARIPUNA: EM BUSCA DO ROSTO DO POVO
E DE UM PROJETO DE VIDA

OIAPOQUE – AP

2025

ROSIENE ANIKA BATISTA
SANDRIELE BATISTA DOS SANTOS

O CURRÍCULO ESCOLAR KARIPUNA: EM BUSCA DO ROSTO DO POVO
E DE UM PROJETO DE VIDA

Artigo apresentado ao componente curricular TCC 2
como requisito parcial à conclusão do Curso de
Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do
Amapá/ Campus Binacional de Oiapoque.

Orientadora: Profa. Dra. Leyla Menezes de Santana

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus por nos proporcionar esta oportunidade de estudo, pela força e sabedoria para chegar até aqui e pela oportunidade de conhecer novas vivências, culturas e costumes de outras pessoas que passamos a conviver.

Em especial, agradecemos as nossas famílias, que sempre estiveram ao nosso lado nos orientando e apoiando para continuar essa jornada, e pela confiança que nos levou a essa conquista de nosso trabalho final.

A nossa orientadora Leyla Menezes de Santana por acreditar em nosso trabalho, que nos incentivou e ajudou durante esse processo.

Aos educadores da instituição por ter nos dado a chance e todas as ferramentas que permitiram chegar hoje ao final deste ciclo de maneira satisfatória e importante em nossas vidas.

Aos nossos colegas e amigos, que juntos partilhamos da mesma trajetória em busca do mesmo objetivo, que em alguns momentos de desespero nos aconselharam a não desistir e a buscar o que almejamos.

Enfim, agradecemos a todos que, diretamente e indiretamente, participaram do nosso processo de aprendizagem e colaboraram na realização deste trabalho.

TERMO DE APROVAÇÃO

ROSIENE ANIKA BATISTA
SANDRIELE BATISTA DOS SANTOS

O CURRÍCULO ESCOLAR KARIPUNA: EM BUSCA DO ROSTO DO POVO
E DE UM PROJETO DE VIDA

Artigo aprovado em 17/12/2025 como requisito parcial à conclusão do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Amapá/ Campus Binacional de Oiapoque.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Leyla Menezes de Santana
Universidade Federal do Amapá/ Campus Binacional
Orientadora

Profa. Dra. Evilânia Bento da Cunha
Universidade Federal do Amapá/ Campus Binacional
Examinadora

Profa. Ma. Kátia Ligia Vieira Lira
Universidade Federal do Amapá/ Campus Binacional
Examinadora

OIAPOQUE – AP

2025

O CURRÍCULO ESCOLAR KARIPUNA: EM BUSCA DO ROSTO DO POVO E DE UM PROJETO DE VIDA

ROSIENE ANIKA BATISTA¹

SANDRIELE BATISTA DOS SANTOS²

RESUMO

O presente artigo tematiza o currículo da Escola Indígena Estadual Jorge Iaparrá, localizada na Aldeia Manga, no município de Oiapoque/AP, problematizando se este currículo apresenta o rosto do povo e o projeto de vida dos indígenas Karipunas. O objetivo da pesquisa foi analisar as perspectivas legais e reais do currículo escolar vivenciado na escola, refletindo sobre os fundamentos da Educação Escolar Indígena e as perspectivas curriculares presentes nos documentos orientadores, bem como observando as práticas educativas vivenciadas pelas acadêmicas indígenas durante as Práticas Pedagógicas e os Estágios Supervisionados desenvolvidas no curso de Pedagogia. De natureza qualitativa, o percurso metodológico partiu da observação direta e da pesquisa bibliográfica e documental através de livros e do Projeto Político Pedagógico da escola. Teoricamente buscou-se compreender os princípios que embasam o currículo, através de Barretto (2000), Silva (2001) e Saviani (2010), dialogando com o currículo do Conselho Indigenista Missionário para as escolas indígenas de Ensino Fundamental (2006) e o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (1998). Os resultados da pesquisa apontaram sobre a importância de ter uma proposta curricular em conformidade com a vida do estudante indígena, na qual a escola venha ser um espaço acolhedor para toda a comunidade educadora, buscando promover componentes curriculares próprios, que valorizem as características comunitárias e principalmente as vivências dos educandos, sem abandonar as normativas legais que estruturam a base comum curricular.

Palavras-chave: Currículo Indígena; Educação Escolar indígena; Currículo da Escola Indígena Estadual Jorge Iaparrá.

ABSTRACT

This article examines the curriculum of the Jorge Iaparrá State Indigenous School, located in the Manga Village, in the municipality of Oiapoque/AP, questioning whether this curriculum reflects the face of the people and the life project of the Karipuna indigenous people. The objective of the research was to analyze the legal and real perspectives of the school curriculum experienced at the school, reflecting on the foundations of Indigenous School Education and the curricular perspectives present in the guiding documents, as well as observing the educational practices experienced by indigenous students during the Pedagogical Practices and Supervised Internships developed in the Pedagogy course. Of a qualitative nature, the methodological approach started from direct observation and bibliographic and documentary research through books and the school's Political Pedagogical Project. Theoretically, the aim was to understand the principles that underpin the curriculum, through Barretto (2000), Silva (2001) and Saviani (2010), in dialogue with the curriculum of the Indigenous Missionary Council for Indigenous Elementary Schools (2006) and the

¹ Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia/Unifap/ Campus Binacional. Contato: rosieneanika@gmail.com

² Acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia/Unifap/ Campus Binacional. Contato: sandrielesantos434@gmail.com

National Curriculum Framework for Indigenous Schools (1998). The research results pointed to the importance of having a curricular proposal in accordance with the life of the indigenous student, in which the school becomes a welcoming space for the entire educational community, seeking to promote its own curricular components, which value community characteristics and especially the experiences of the students, without abandoning the legal norms that structure the common curricular base.

Keywords: Indigenous Curriculum; Indigenous School Education; Curriculum of the Jorge Iaparrá State Indigenous School.

HEZUM

Phuezās ahtxig ka tematzize kuhikulu dji Lekol Ēdjē Istadual Jorge Iapaha, lokalize la kumunite Mang, la Munisip dji Oiapok/AP, poblematxizā si sa kuhikulu ka phuezāte vijas dji pov i phojet dji lavi dji ědjē-ielā karipun. Obijetxiv dji peskiz-la a pu analize pespekixiv ki bō i heau dji kuhikulu dji lekol ki alun-la ka viv la lekol, ke majinasiō lasu fudamēt dji Edukasiō dji Lekol Ēdjē i pespekixiv kuhikula ke phuezās lādā dokumēt-ielā ke ohiētasiō, biē kumā obisehvasiō sa sez dji edukasiō ki lekol-la ka viv pu sa akademik-ielā ědjē dehātxi sa zes pedagogjik i estaj supehvisione ke devovismā lādā kus dji pedagogjik. Dji bō kalite, as pehkus metodolojik vinī dji un obisehvasiō djihet i dji peskis biblioghafik i dokumētasiō suje liv-ielā i dji phojet politxik pedagogjik dji lekol. Teohikamā li sase kōphan phuisip-ielā ki ābhase kuhikulu, ke Barretto (2000), Silva (2001) i Saviani (2010), ka djialogue ke kuhikulu dji kōseie Īdjijēnistxik Misione pu lekol ědjē-ielā ki ka mōthe phomiē anē fudamētal (2006) hefehēsial kuhikulah nasional pu lekol ědje-ielā (1998). Hezutad-ielā dji peskiz mothe pu ĩpohtā dji gāiē phopox kuhikulah ā kōfohmite ke lavi dji alun ědjē, ki lekol-la vinī sa un kote dji hamase tut kumunite dji edukasiō, ka sase zes dji thuveh kōponētxi kuhikulah phop, ki ka bai vale pu kahaktehistxik kumunite i phuīsipalmā pu zes dji viv dji sa ka āphan-ielā, sā bādonē nohmatxiv-ielā ki jis ke esthutuhasiō ki a bas komu kuhikulah.

Pahol-lakle: Kuhikulu Ēdjē; Edukasiō Lekol Ēdjē; Kuhikulu dji Lekol Ēdjē Istadual Jorge Iapaha.

1 INTRODUÇÃO

Somos indígenas karipunas e somos acadêmicas concludentes do curso de Pedagogia do Campus Binacional da Universidade Federal do Amapá. Crescemos escutando dos nossos pais que durante muito tempo a educação escolar nas aldeias seguia o padrão das escolas não indígenas e que esta situação dificultava muito a aprendizagem dos alunos indígenas por conta da ausência do domínio da língua portuguesa. Segundo eles as pessoas mais velhas da comunidade, as aulas eram de difícil entendimento, não atendiam as necessidades locais e fugiam da realidade cultural do povo.

Essa situação foi a principal causa da evasão de nossos pais da escola, de modo que eles não tiveram a oportunidade de finalizar a educação básica, chegando até, no máximo, a terceira série do fundamental. O ensino dos professores não indígenas era desenvolvido de

forma rígida, não permitindo que os alunos se comunicassem através da língua indígena, somente em língua portuguesa, pois se os alunos falassem na língua materna acabavam apanhando com palmatória e eram oprimidos.

Então, pelo ensino ser de difícil entendimento, os nossos pais, ainda crianças, acabaram abandonando a escola. As famílias eram bem humildes e os jovens preferiam trabalhar junto a seus pais, assim como também se amigavam muito cedo, pois a escola não oferecia uma educação inclusiva e sim excluía a todos do processo, pois não desconsiderava suas realidades de vida. Com o passar do tempo esses jovens tiveram filhos e dedicaram suas vidas para cuidar deles. Apesar de não terem tido oportunidade de estudar, os nossos pais nos apoiam sempre nos estudos, que hoje apresenta um outro rosto, bem mais parecido com o nosso povo.

Assim, a realidade vivenciada por nós na escola indígena foi bem diferente da dos nossos pais, visto que com a Constituição Federal de 1988, houve o reconhecimento dos povos indígenas como grupo étnico e lhe foi garantido o direito a uma educação escolar diferenciada, com utilização da sua língua indígena na sala de aula e tendo valorização da realidade dos povos de cada etnia.

Diante dessas vivências, fomos motivadas a pesquisar sobre o currículo da Escola Indígena Estadual Jorge Iaparrá, na Aldeia Manga, pois sabemos que o currículo educacional contribui na formação do sujeito a partir do seu saber cultural e sabemos também que a construção deste currículo deve ser de acordo com a vivência do povo, com a participação do povo, para ter o rosto do povo.

Somamos a esta motivação inicial também as nossas experiências no âmbito das Práticas Pedagógicas e dos Estágios Supervisionados na escola Jorge Iaparrá. Ao todos realizamos, no decorrer do curso, três práticas pedagógicas, totalizando 405 horas e três estágios supervisionados, que somaram 405 horas. Além dessas experiências locais e práticas, também tivemos o contato com o componente curricular Teorias do Currículo durante o nosso curso, onde as leituras, as reflexões e os conhecimentos adquiridos em sala de aula nos colocaram frente a frente com o currículo da Escola Indígena Estadual Jorge Iaparrá, de modo que entendemos que o currículo é a identidade da escola, que nele estará presente o que será feito dentro dela, todos os conteúdos que deverão ser abordados, o percurso a ser seguido. Com isto ele deve ser elaborado de acordo com a realidade vivida no seu contexto, em que cada escola precisa desenvolver seu currículo junto com todo corpo escolar e a comunidade, dando importância às necessidades dos alunos.

A partir desses nossos olhares, problematizamos a nossa pesquisa da seguinte forma: o currículo da Escola Indígena Estadual Jorge Iaparrá apresenta o rosto do povo e o projeto de vida dos indígenas Karipunas da Aldeia Manga? Sabemos que a escola é um espaço que acolhe uma grande quantidade de alunos, que segue um currículo cujo propósito é integrar os indígenas ao meio social, que tem disciplinas que atende a realidade da comunidade, mas queremos aprofundar se as reais necessidades do povo da comunidade estão contempladas, como os costumes, as crenças e os valores culturais que constituem a identidade do povo.

Para responder a esta questão de pesquisa definimos como objetivo geral: analisar as perspectivas legais e reais do currículo escolar Karipuna, procurando o rosto do povo e o projeto de vida que fundamenta a prática educativa na Escola Indígena Estadual Jorge Iaparrá. Especificamente refletimos sobre os fundamentos da Educação Escolar Indígena e as perspectivas curriculares presentes nos documentos orientadores; descrevemos os aspectos históricos do currículo do ensino fundamental das escolas indígenas Karipuna, Galibi-marworno, Palikur e Galibi-Kalinã produzido pelos povos e disseminado nas escolas indígenas de Oiapoque a partir do ano de 2006; e aprofundamos o currículo escolar Karipuna presente na Escola Indígena Estadual Jorge Iaparrá a partir dos documentos legais e das práticas educativas vivenciadas e observadas pelas acadêmicas durante as Práticas Pedagógicas e os Estágios Supervisionados.

De natureza qualitativa, o percurso metodológico da pesquisa foi definido a partir dos objetivos citados acima, com observação direta, pesquisa bibliográfica e documental através de livros e do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, que foi um documento essencial na pesquisa. Foi necessário aprofundar também aspectos da história e da cultura do povo Karipuna, observando como se caracteriza a escola e o desenvolvimento da educação nos últimos anos.

Este artigo está relatado nas próximas páginas através das seguintes seções: esta seção inicial, que é a introdução, onde apresentamos o trabalho em linhas gerais, em seguida descrevemos os caminhos metodológicos; já na terceira seção discutimos sobre os fundamentos da educação escolar indígena e o currículo escolar indígena. Na quarta seção, mergulhamos nos resultados da pesquisa, com a história do povo Karipuna, o currículo do ensino fundamental das escolas indígenas Karipuna, Galibi-marworno, Palikur e Galibi-Kalinã e, por fim o currículo específico da Escola Indígena Estadual Jorge Iaparrá. Para concluir trazemos as considerações finais da pesquisa que não se limitou a apresentar a conclusão da pesquisa, mas que também traz ideias para próximos estudos.

2 CAMINHOS METODOLÓGICOS: ENTRE OS DOCUMENTOS E AS VIVÊNCIAS NA ESCOLA DA ALDEIA MANGA

A presente pesquisa é de abordagem qualitativa e buscou abranger aspectos do currículo Karipuna vivenciado na Escola Indígena Estadual Jorge Iaparrá. De natureza bibliográfica e documental, a pesquisa objetivou realizar uma junção de reflexões visando responder à questão problematizadora da investigação, cujo interesse foi procurar o rosto do povo Karipuna no currículo escolar da escola já mencionada.

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir de registro disponível, decorrentes de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registradas. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (Severino, 2013, p. 106).

Para um melhor entendimento, aliamos à pesquisa bibliográfica com a pesquisa documental, que permitiu apresentar elementos de análises através de documentos descritos, como o PPP da escola.

A pesquisa documental tem-se como fonte documentos no sentido, amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais (Severino, 2013, p. 107).

Os documentos que fundamentaram a pesquisa foram: Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI); Projeto Político Pedagógico da Escola Indígena Estadual Jorge Iaparrá; livro Currículo de Ensino Fundamental nas Escolas Indígenas Karipuna, Galibi-Marworno, Palikur e Galibi-Kalinã no município de Oiapoque, uma produção das Comunidades e professores indígenas juntamente com o Conselho Indigenista Missionário (CIMI); e a Resolução nº 05 de 22/06/2012 do Conselho Nacional de Educação que define o direito a uma educação escolar diferenciada para os povos indígenas.

A leitura e análise do Projeto Político Pedagógico da escola abriu um leque de conhecimento que beneficiou ainda mais na construção e nos resultados da pesquisa.

Um outro procedimento metodológico que usamos bastante foi à etapa de observação que vivenciamos durante as Práticas Pedagógicas e os Estágios Supervisionados na escola.

Através dessas atividades acadêmicas obtivemos várias observações e experiências, como movimentos e oficinas que ocorreram na escola e que contribuíram para esta pesquisa.

Vale destacar que a primeira Prática Pedagógica ocorreu em 01 de agosto de 2022 e registramos que esta proporcionou contato direto com alunos, professores, escola e com nossa própria realidade de vida. E o último estágio supervisionado aconteceu no mês de agosto de 2025. Nestes três anos frequentando a escola notamos que a comunidade escolar carrega consigo a busca de nossas tradições e da língua materna, com o propósito de resgatar o que foi perdido, visto que, a escola é a fonte principal que oferece o movimento de nossa cultura. Assim, estas experiências nos levaram a observar e coletar informações necessárias sobre os apontamentos que trazemos nesta pesquisa.

No decorrer dos estágios passamos por muitas etapas, uma delas, nos proporcionou conhecer e entender o currículo escolar e principalmente o currículo escolar indígena, onde aprendemos que a proposta é que todas as escolas devem ter seu próprio componente curricular ligado a língua materna e a cultura, conforme suas características comunitárias e principalmente as vivências dos educandos.

A definição deste caminho metodológico colaborou tanto com a construção da pesquisa, como nos ensinou como pesquisar, usando de rigor científico, sem perder os olhares das nossas observações e das vivências que experimentamos ao longo dos anos. Assim, o que se apresenta é resultado no nosso crescimento e amadurecimento científico.

3 EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: FUNDAMENTOS E PERSPECTIVAS CURRICULARES

Esta seção nos ajuda a pensar os caminhos teóricos desse nosso estudo. Nela refletimos, de modo geral, os conceitos que sustentam a perspectiva teórica da pesquisa. Dividida em duas subseções, apresentamos na primeira subseção a educação escolar indígena, seus fundamentos e princípios. Já na segunda subseção abordamos o currículo enquanto categoria analítica e o currículo escolar indígena pautado nos documentos orientadores.

3.1 OS FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Com relação aos fundamentos gerais da educação escolar indígena, dou mérito pelo reconhecimento de que o Brasil é uma nação constituída por muitos povos de diferentes etnias, com histórias, saberes, culturas e línguas próprias; a existência de um grande número de povos indígenas; a

consciência de que estes povos constituíram, ao longo de sua história, suas organizações sociais, saberes e processos próprios de aprendizagem; o reconhecimento do direito dos povos indígenas à autodeterminação e a capacidade de autonomamente administrarem seus projetos de futuro; o reconhecimento dos direitos como cidadãos brasileiros a uma educação intercultural, específica e diferenciada (Parecer do Professor Wapixana Enilton André da Silva, 1998, p. 21).

Optamos por começar esta subseção com a reflexão do professor indígena Enilton que destaca os fundamentos que orientam a educação escolar indígena no Brasil, ressaltando o reconhecimento da diversidade étnica, cultural e linguística que compõe a nação brasileira e o direito à autonomia e à educação diferenciada dos povos indígenas.

A educação escolar indígena exerce um papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem dos sujeitos, contribuindo para a formação desde os modos de agir, passando pelo pensar e, sobretudo, ensinando a decidir sobre seus próprios caminhos, modos de viver e projetos de futuro. Isso implica que cada povo deve poder definir como e o que ensinar, segundo suas realidades e necessidades, pois as vivências de um povo expressam a riqueza de suas culturas, valores, crenças, línguas, costumes, tradições, religiões e comportamentos, elementos que definem a identidade de grupos diversos os quais devem ser reconhecidos e respeitados em sua singularidade.

As escolas indígenas seguem currículos diferenciados na qual deve ter uma linguagem apropriada para o povo originário, representações ligadas à sua subsistência, característica dos traços das suas tradições e conhecimentos de outros saberes sistematizados que valorizam o ensinamento cultural e nacional. Para Gerssem Baniwa “a educação escolar indígena refere-se à escola apropriada pelos povos indígenas para reforçar seus projetos socioculturais e abrir caminhos para o acesso a outros conhecimentos universais [...]” (Luciano, 2006, p. 129).

Desse modo, o currículo deve “[...] assegurar a todas as crianças um conjunto de conhecimentos básicos comuns e, ao mesmo tempo, mostrar uma flexibilidade capaz de permitir a incorporação da diversidade [...]” (Barretto, 2000, p. 10). Por meio do currículo é garantido que os ensinamentos que fazem parte da vida cotidiana sejam passados de geração a geração, assim como os costumes, os valores morais, as crenças religiosas e os saberes históricos de sua natureza.

Vale destacar que somente com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a educação escolar indígena passa a ser reconhecida e valorizada pela sociedade brasileira, ainda que haja muitos preconceitos com relação a esse povo, muito já se tem avançado no que diz respeito à organização da educação. Ainda há muito que se fazer, mas o fato de ser um

direito constitucional garante que a cultura e a história dos povos indígenas no Brasil, assim como a garantia da utilização dos costumes e língua indígena na sala de aula, sejam respeitadas. Além da Constituição Federal, é importante salientar que tanto a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação, a lei 9394/96, quanto a Resolução nº 05 de 22/06/2012 do Conselho Nacional de Educação (CNE), asseguraram a educação como um direito humano e social.

A Resolução nº 05 de 22/06/2012 do CNE define o direito a uma educação escolar diferenciada para os povos indígenas e no seu artigo 3º apresenta os objetivos que a da Educação Escolar Indígena deve proporcionar aos indígenas, suas comunidades e povos:

I - a recuperação de suas memórias históricas; a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências;

II - o acesso às informações, conhecimentos técnicos, científicos e culturais da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não-indígenas.

Já o artigo 4º apresenta os elementos básicos para a organização, a estrutura e o funcionamento da escola indígena:

I - a centralidade do território para o bem viver dos povos indígenas e para seus processos formativos e, portanto, a localização das escolas em terras habitadas por comunidades indígenas, ainda que se estendam por território de diversos Estados ou Municípios contíguos;

II - a importância das línguas indígenas e dos registros linguísticos específicos do português para o ensino ministrado nas línguas maternas das comunidades indígenas, como uma das formas de preservação da realidade sociolinguística de cada povo;

III - a organização escolar própria, nos termos detalhados nesta Resolução;

IV - a exclusividade do atendimento a comunidade indígenas por parte de professores indígenas oriundos da respectiva comunidade.

Em síntese, podemos dizer que a resolução no seu artigo 3º apresenta a dupla função essencial da educação escolar indígena que é fortalecer a identidade e os saberes próprios de cada povo indígena, por meio da valorização de suas memórias, línguas e ciências; e garantir o acesso crítico e autônomo aos conhecimentos universais, possibilitando que os povos indígenas participem da sociedade mais ampla sem perder suas raízes culturais. Já no artigo 4º os quatro princípios mostram que a educação escolar indígena deve ser territorializada, bilíngue, autônoma e conduzida por indígenas. Essa concepção busca garantir uma educação intercultural, específica e diferenciada, que não apenas ensine conteúdos formais, mas também preserve os modos próprios de viver, aprender e ensinar de cada povo.

De acordo com o RCNEI, as escolas indígenas se fundamentam por estar inserida dentro de uma aldeia indígena, ser constituída por professores indígenas, ter um currículo próprio específico e diferenciado, respeitando o modo de ser de cada povo. Suas principais características são: - **comunitária**, pois a mesma é conduzida pela comunidade de acordo com seus projetos, suas concepções e seus princípios; - **intercultural** porque deve manter a sua cultura e conhecer a cultura da comunidade emergente, promovendo uma situação de comunicação com os diferentes povos respeitando suas identidades étnicas; - **bilíngue ou multilíngue**, pois a língua caracteriza sua identidade, no entanto deve ser utilizada na escola a língua materna alternada a língua portuguesa; - **específica e diferenciada**, porque deve ser concebida e planejada de acordo com as particularidades de cada povo respeitando seus valores, suas crenças e memórias (Brasil, 1998).

Diante do que as leis estabelecem e a partir do que vivenciamos, podemos afirmar que a família garante a perpetuação dos costumes e crenças e cabe a escola a sistematização do conhecimento empírico com o científico a partir dos saberes vivenciais que subsidiam e complementam a formação do aluno servindo como base para a construção de novos saberes a sua inserção no meio social.

Assim, “[...] o conhecimento escolar deve estar relativizado historicamente, enfatizando-se as diferentes produções culturais e científicas dos diversos povos e sociedades humanas [...]” (Brasil, 1998, p. 104). Neste sentido, os ensinamentos científicos, construído na escola, não podem e não devem suprimir os saberes adquiridos na família. Portanto, a escola tem função de reforçar essas informações e juntos trazer os conhecimentos construídos pela cultura emergente a partir da identidade cultural, fazendo com que uma não sobreponha a outra, mas que ambas se complementem e de alguma forma contribua para a formação do educando.

Os princípios contidos nas leis dão abertura para a construção de uma nova escola, que respeite o desejo dos povos indígenas por uma educação que valorize suas práticas culturais e lhes dê acesso a conhecimentos e práticas de outros grupos e sociedades (Brasil, 1998, p. 34).

A educação deve respeitar os saberes tradicionais integrando-os ao currículo escolar, valorizando suas experiências de vida, suas lutas históricas marcadas pelo desejo dos povos indígenas em almejar uma educação que proporcione uma aprendizagem que respeite a identidade e a peculiaridade da comunidade. Segundo Saviani “O ensino deve contemplar

principalmente a expressão, a experiência, a vivência do aluno, utilizando seu capital cultural e seu interesse como base de conhecimento” (2010, p. 50).

Desta forma a escola indígena precisa ser feita pelos povos originários, para os indígenas e com os indígenas, respeitando suas diversidades, especificidades e lhes assegurando a autoafirmação cultural, integrando-se na vida da comunidade, trazendo a escola para a comunidade e a comunidade para dentro da escola, tornando a escola um espaço do saber, onde todos são responsáveis em compartilhar e receber o conhecimento. Motivos na qual não podem querer uma educação estática, mas sim uma escola que esteja atenta as necessidades da sociedade que se encontra em constante mudança.

3.2 O CURRÍCULO ESCOLAR INDÍGENA

Antes de iniciarmos a reflexão acerca do currículo escolar indígena, é importante entendermos a origem da palavra currículo, pois esse não é apenas uma denominação dada a um determinado documento, que surgiu sem pretexto ou intenção. Segundo Silva (1999, p.15), a “[...] palavra currículo vem do latim *curriculum* “pista de corrida” e podemos dizer que no curso dessa “corrida”, que é o currículo, acabamos de tornar o que somos”. Essa explicação, de imediato, nos leva a uma interpretação de que o currículo escolar se refere a uma trajetória, ao caminho percorrido pela humanidade no processo de significação do mundo e produção de conhecimento.

O currículo não se limita apenas ao conhecimento, mas também aquilo que somos, abrange as experiências, os valores e as identidades que moldam os indivíduos. Segundo Silva dentre as múltiplas possibilidades do currículo, estar a construção da “[...] identidade ou subjetividade como sendo a ideal operação de poder” (1999, p. 16). Assim, compreendemos que o currículo não é neutro, ele sempre seleciona alguns conhecimentos e exclui outros, favorecendo certos grupos, visões de mundo e identidades.

O currículo não é algo recentemente formado, ou sem importância, é um processo de formulação, cuja finalidade é transformá-lo em um mecanismo interno de uma instituição escolar, para promover o processo educacional. Para tanto, debater o currículo, tendo em vista a educação e a formação humana, é importante, pois com isso estamos estabelecendo relações entre o conhecimento habitual, do cotidiano do aluno, e o conhecimento científico ensinado e aprendido no âmbito escolar. A vinculação desses conhecimentos desperta no aluno que a educação experimentada na sala de aula não é abstrata e nem desarticulada das suas vivências.

Após essa abordagem geral sobre o currículo, podemos agora fazer o recorte para o currículo dentro da educação escolar indígena. Dessa forma, é válido destacar que a resolução nº5, de 22 de junho de 2012, define as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Esta resolução é um marco importante, pois tem como principal objetivo instruir as escolas indígenas a respeito dos projetos educativos e dos processos de construção de instrumentos normativos dos sistemas de educação de modo que a sua elaboração, desenvolvimento e avaliação sejam um projeto orgânico articulado e sequenciado que garanta as especificidades dos povos indígenas, como o bilinguismo, a fim de valorizar os processos próprios de aprendizagem a interculturalidade, as línguas, o conhecimento tradicional e as práticas socioculturais e econômicas das respectivas comunidades.

Sabemos que educação escolar indígena, enquanto modalidade de ensino se constitui como um processo histórico de busca por direitos, espaço visibilidade social, organizado por meio de lutas, resistência e reivindicações que o longo das décadas se acentuou progressivamente nas discussões realizadas por setores da sociedade civil, engajadas na causa por garantias de políticas afirmativas educacionais consistentes aos povos indígenas. Assim, no tocante à construção dos currículos nas escolas indígenas, as DCNs definem que os currículos “[...] devem ser construídos a partir dos valores e interesses éticos políticos das comunidades indígenas em relação aos seus projetos de sociedade e de escola, definidos nos projetos político-pedagógicos” (Brasil 2012), observando sempre a perspectiva intercultural.

No Brasil, existe todo um aparato legal que regulamenta e assegura a educação escolar indígena, dentre esses documentos temos as Diretrizes para Política Nacional de Educação Escolar Indígena de 1994 que organiza as escolas de modo que sejam priorizadas as características da comunidade atendida, já que:

[...] os povos indígenas têm formas próprias de ocupação de suas terras e de exploração dos recursos que nelas se encontram; têm formas próprias de vida comunitária; têm formas próprias de ensino e aprendizagem, baseadas na transmissão oral do saber coletivo e dos saberes de cada indivíduo (Brasil, 1994, p.10).

Este documento, ao estabelecer os princípios para a prática pedagógica sob o olhar da diversidade cultural, apresenta um marco para as escolas indígenas, que deve apresentar as características e as especificidades de cada comunidade atendida, tal construção vai surgir do diálogo, do envolvimento e do compromisso com os grupos indígenas que se tornarão autores desse processo (Brasil, 1994).

Dessa forma, os documentos para a educação escolar indígena definem e orientam que o Projeto Político Pedagógico da escola indígena considere em sua elaboração e desenvolvimento um projeto orgânico articulado e sequenciado que garanta as especificidades dos processos como o bilinguismo e o multilinguismo, a fim de valorizar a interculturalidade, as línguas, o conhecimento tradicional e as práticas socioculturais e econômicas das respectivas comunidades.

Já o RCNEI reconhece que a nação brasileira é constituída por povos de diferentes etnias, esses possuem uma diversidade sociocultural muito rica com histórias, processos de aprendizagem, saberes, organização social e línguas próprias. O referencial destaca que as culturas e línguas fazem parte de um conhecimento acumulado de gerações anteriores, mas que sempre estão em constante construção e desenvolvimento.

O referencial propõe subsídios e orientação aos programas de educação escolar indígena, por meio da organização dos currículos interculturais e orientações pedagógicas nas diferentes áreas do conhecimento, com o objetivo de atender as necessidades e interesses das comunidades indígenas (Brasil, 1998).

Assim, conforme assegurado nos documentos citados acima, a escola indígena passa a ter como pauta central os princípios da interculturalidade, bilinguismo e da diferença. Já quando pensamos na organização da educação escolar indígena não podemos esquecer alguns pontos importantes para seu desenvolvimento adequado, como por exemplo: o calendário escolar que “deve ser elaborado de tal maneira que permita ao estudante participar das atividades cotidianas da comunidade” (Brasil, 1994, p. 20).

O calendário indígena diferenciado respeita a cultura e contribui com os processos de aprendizagem dos povos indígenas, uma vez que os períodos de caça e plantio, por exemplo, também contribuem ricamente para o desenvolvimento escolar dos indígenas. “[...] o calendário das escolas indígenas é, assim, um elemento fundamental no processo educativo em seu caráter cultural” (Brasil, 1998, p. 76).

Além do calendário indígena, o uso do tempo e do espaço pode ter uma atenção especial no plano de trabalho do professor que pode pensar seu planejamento como “[...] uma reorganização contínua de seu tempo, a partir das demandas colocadas pelo trabalho junto aos alunos” (Brasil, 1998, p. 75).

A utilização dos espaços de aprendizagem requer criatividade do professor que não deve ser apenas para desenvolver os conteúdos. O RCNEI propõe que as práticas possam estender a sala de aula, já que as ações realizadas fora dela são repletas de conhecimentos significativos para a comunidade.

Tendo isso em vista, é de grande importância que o currículo da escola indígena atenda às necessidades da comunidade indígena, salientando os conhecimentos tradicionais, o respeito à diversidade cultural e linguística e os conhecimentos universais em todas as disciplinas que são ofertadas no âmbito escolar.

A educação escolar indígena tem um compromisso com a formação e o desenvolvimento dos indivíduos no âmbito intelectual, físico, afetivo, social, ético, moral e simbólico, essa formação deve se estender a todas as modalidades de ensino, sem exceção.

Dessa forma, mesmo que o currículo da escola indígena aborde os princípios do bilinguismo e da interculturalidade em diversos aspectos, ainda se faz necessário que sejam criadas práticas para melhor atender a comunidade, como sobre a necessidade de ampliação de materiais didáticos bilíngues e outros tipos de recursos como, cartazes e informativos. São poucos os materiais didáticos bilíngues que fazem parte do acervo da escola, por exemplo: livros, poemas, jogos pedagógicos; e os cartazes só estão nas duas línguas quando são feitos pela escola, pois os livros ofertados pelo estado são escritos em língua portuguesa.

4 O CURRÍCULO ESCOLAR KARIPUNA: O ROSTO DO POVO E UM PROJETO DE VIDA

Nesta seção faremos um mergulho nas experiências pedagógicas que vivenciamos no âmbito do Currículo Escolar Karipuna tanto ao analisar os documentos que orientam a prática educativa, quanto ao participar efetivamente dessas práticas através dos estágios supervisionados obrigatórios e das práticas pedagógicas.

Dividida em três subseções, começamos com a caracterização e a contextualização do Povo Indígena Karipuna. Na subseção seguinte vamos analisar historicamente o documento produzido pelos povos indígenas de Oiapoque intitulado “Currículo de ensino fundamental das escolas indígenas Karipuna, Galibi-marworno, Palikur e Galibi-Kalinã” no ano de 2006 com a ajuda do Conselho Indigenista Missionário. Na última subseção analisaremos o currículo da Escola Indígena Estadual Jorge Iaparra, destacando os aspectos legais e os aspectos reais, procurando localizar o rosto do povo Karipuna e o projeto de vida presente na escola.

4.1 O POVO INDÍGENA KARIPUNA

O povo indígena Karipuna está presente no Estado do Amapá, extremo norte do Brasil, no município de Oiapoque. Especificamente, nesta pesquisa, nos referimos ao povo

Karipuna da Aldeia Manga, as margens do Rio Curipi, na Terra Indígena Uaçá. Este povo é formado por uma população de aproximadamente 3.000 pessoas, segundo dados do Conselho de Caciques dos Povos Indígenas do Oiapoque (CCPIO) no Protocolo de Consulta dos Povos Indígenas do Oiapoque.

Os Karipuna são uma população bastante heterogênea do ponto de vista étnico. Famílias provenientes das missões portuguesas, falantes da língua geral do Amazonas, denominados Tapouyes pelos franceses, que provavelmente também estiveram aldeadas em missões no litoral da Guiana, percorrem ao longo do século XIX a costa do Amapá até atingir o Baixo Oiapoque. Também são nomeados Garipons e Caripounes pelos viajantes do século XIX que as encontram nos rios Uanarri, Curipi e Uaçá. São identificados como Karipuna pela Comissão Rondon, que visitou a região em 1927. Hoje, ocupam o rio Curipi em quatro aldeias maiores e inúmeras localidades, inclusive cinco aldeias da BR-156, sendo dois antigos posto de vigilância (Vidal, 2009, p.17).

A etnia Karipuna atualmente fala a língua Kheuól e a língua portuguesa, como segunda língua, ou seja, são considerados bilíngues. Devido à proximidade e o grande fluxo para a Guiana Francesa muitos falam fluentemente o francês e o creolo francês. A cosmologia Karipuna tem uma relação forte com os seres sobrenaturais, os Karuanas, que vivem em proteção da vida e da ancestralidade.

Quanto à escolarização deste povo, há relatos de que começa a partir dos anos de 1930 com a chegada do Serviço de Proteção ao Índio (SPI)³, com o propósito de integrar os indígenas a sociedade emergente, de acordo com os modelos da sociedade brasileira.

Para o governo, nessa época, a educação foi um mecanismo para integrar os povos indígenas na sociedade, na comunidade nacional, sem qualquer vestígio de cultura. O objetivo era transformar a cultura indígena em uma cultura de não-índio, e de uma maneira muito violenta, discriminatória e repressiva. Eu tenho depoimentos dos meus antepassados, da minha mãe e dos meus avós, que contaram os momentos difíceis. Minha mãe dizia que não podia falar a língua indígena na sala de aula, sob a ameaça sofrer castigos. Faziam os alunos ficarem de joelho em ralos de mandioca. Tinham de cantar o Hino Nacional todos os dias, no início e no final das aulas, em posição militar. O pai daquele que não vinha para a sala de aula era castigado, torturado. A mãe e o pai eram punidos, eram torturados até trazer

³O Serviço de Proteção aos Índios (SPI) foi um órgão criado no ano de 1910 para prestar assistência aos povos indígenas e que propunha uma escolarização integradora dos povos indígenas à sociedade. O SPI foi extinto em 1967 quando da criação da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Para aprofundar este assunto sugerimos a leitura do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “**Atuação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) entre o Povo Karipuna / Atuasiõ dji Thavai dji photesiõ a edje-ielã (SPI) lâdã pov kahipun**”, de 2023, de autoria de Leônia Ramos Oliveira e Lília Ramos Oliveira, sob orientação da Profa. Dra. Carina Santos de Almeida, apresentado ao Curso de Licenciatura Intercultural Indígena – CLII. Disponível em: <https://repositorio.unifap.br/srv-unifap-s01/api/core/bitstreams/9d8e6efc-d31a-4307-8e34-7f3505c8de74/content>. Acesso em 22/11/2025.

o filho para a sala de aula. Por isso, muitas famílias se refugiaram nas montanhas, nascentes dos rios e ilhas, para não ter esse confronto com SPI. Mesmo assim, onde o SPI tinha conhecimento que existia uma família com filhos fora da escola, iam atrás para tentar trazer com força física. Então foi um momento muito difícil porque não era para educar, mas transformar o indígena em um cidadão comum, sem cultura, sem falar a língua (Rosa, 2020, p.114-115).

Domingos Santa Rosa (2020) relata que com o passar dos anos, surgiram outros órgãos que ofereciam um ensino já menos repressivo, a escola foi se desenvolvendo e cada vez mais sentindo a necessidade de atender as reais necessidades do povo da comunidade. A partir de então, começou a pensar numa escola para os povos indígenas, levando em consideração seus costumes, crenças e valores culturais de sua etnia sem se sobrepor a cultura emergente, mas como complemento e com o objetivo de se afirmar como pertencente a um grupo indígena que se relaciona com a cultura emergente sem perder sua identidade.

Com isso a escola precisava ser feita pelos indígenas que estão diretamente ligados a essa realidade, sabem como compartilhar para os educandos essa educação de acordo com seus costumes, falando a sua língua e trazendo a sua vivência para dentro da sala de aula.

Perante essa realidade, o povo Karipuna e demais povos indígenas de Oiapoque, começaram a pensar na elaboração de um currículo próprio que organizasse a escola de acordo com a necessidade das comunidades, de forma que as comunidades, em geral, pudessem participar efetivamente dessa construção de princípios e valores do povo.

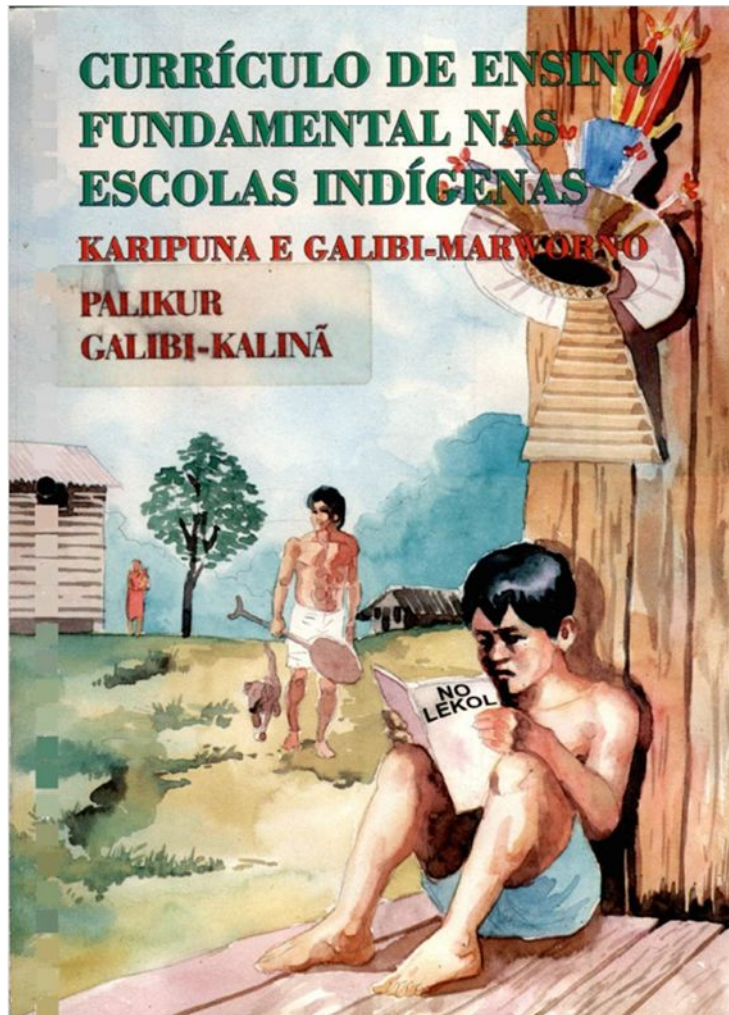
4.2 O CURRÍCULO DE ENSINO FUNDAMENTAL DAS ESCOLAS INDÍGENAS KARIPUNA, GALIBI-MARWORNO, PALIKUR E GALIBI KALINÃ

Compreender a dimensão curricular da Escola Indígena Estadual Jorge Iaparrá é voltar um pouco no tempo para resgatar o livro “Currículo de ensino fundamental das escolas indígenas Karipuna, Galibi-marworno, Palikur e Galibi-Kalinã”, pois a educação escolar do povo Karipuna está fundamentada nas orientações desta proposta curricular que foi construído pelos povos indígenas do baixo Oiapoque a partir de 1996, mas que foi pensada bem antes, nas décadas de 80 e 90, pelas comunidades, professores indígenas, missionários e profissionais.

Esta proposta foi construída em mutirão, assim como todas as ações dos povos indígenas. Teve como objetivo organizar a educação escolar destes povos dando orientações para que a escola realmente atendesse às necessidades das comunidades e pretendia, ao

mesmo tempo, reunir elementos necessários para garantir o reconhecimento oficial da educação escolar indígena bilíngue e intercultural no município de Oiapoque (CIMI, 2006).

Figura1 - Capa do livro “Currículo de ensino fundamental das escolas indígenas Karipuna, Galibi-marworno, Palikur e Galibi-Kalinã”



Fonte: Conselho Indigenista Missionário (2006)

Este Currículo para as escolas Karipuna, Galibi-Marworno, Palikur e Galibi-Kalinã é fruto de um processo de reflexão e atuação e tem as características de mutirão comunitário e institucional.

Visa à realização de uma educação escolar, nas aldeias, com raízes e rosto indígenas e direcionada a responder às necessidades das comunidades em vista da realização de seu próprio projeto de vida como pessoas e principalmente enquanto povos.

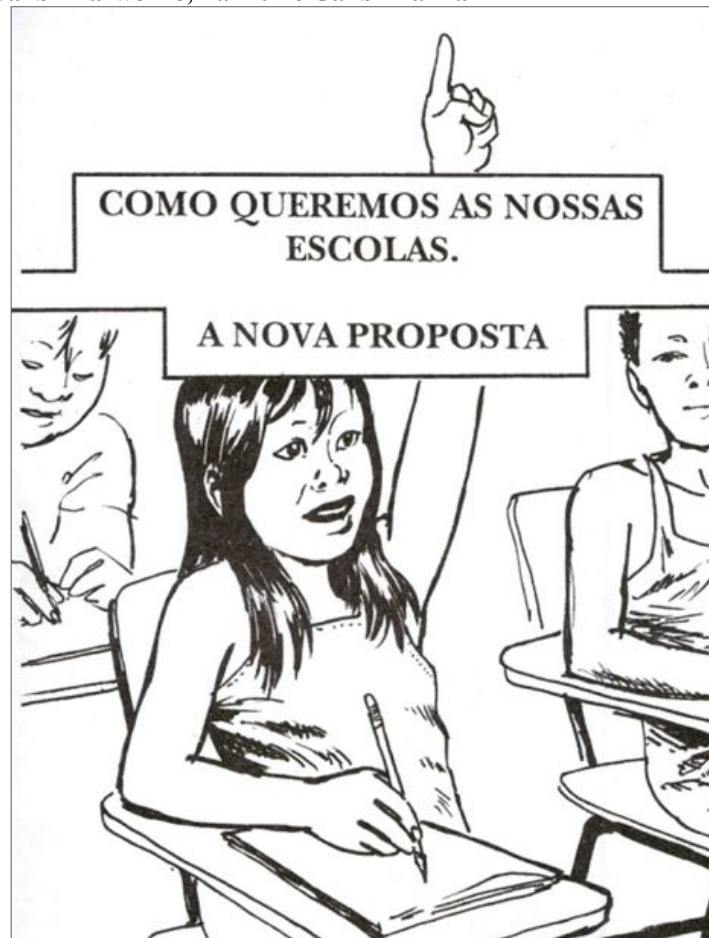
A proposta curricular foi um processo construído e alimentado ao longo das décadas de 80 e 90, pelas comunidades, professores indígenas, missionários e profissionais.

[...] Os professores indígenas, utilizando um roteiro preparado por eles mesmos, fizeram pesquisa e levantamento nas suas comunidades para ter elementos para a elaboração do currículo.

A construção do currículo teve início com o incentivo do Conselho Indigenista Missionário, que reuniu os professores, caciques, pajés, pais de alunos, alunos e comunidade em geral para discutir a proposta que melhor se adequasse a realidade deste povo. Com isso, depois de muitos estudos, foi se tecendo propostas concretas que logo foi sendo aprovada pelos indígenas e registradas no que resultou no Currículo Específico, que até os dias de hoje é utilizado, revitalizado e vivenciado nas escolas Indígenas de Oiapoque.

Após a elaboração, a proposta foi aprovada pelo Conselho Estadual de Educação em 14 de janeiro de 2003.

Figura 2 – Imagem da abertura do Roteiro para entender e discutir a Proposta Curricular e Pedagógica das escolas indígenas Karipuna, Galibi-marworno, Palikur e Galibi-Kalinã



Fonte: CIMI (2006, p.118)

Conforme destaca o documento, o processo de elaboração da proposta curricular implicou algumas fases, a saber:

1) recuperação da caminhada dos povos indígenas no município de Oiapoque, tanto na progressiva afirmação de sua identidade cultural, como na conquista, de fato, de seus direitos fundamentais; 2) explicitação e sistematização do conteúdo, metodologia e objetivos que atualmente orientam a educação escolar nas aldeias e novas propostas a respeito; 3) trabalho conjunto dos povos indígenas com a secretaria de Educação, o NEI⁴ e organismo de apoio numa maneira aberta e complementar adaptando-se sempre as necessidades e exigências dos povos e as demandas de uma conjuntura sempre em mudança (CIMI, 2006, p. 6).

A proposta curricular, como já dissemos, foi discutida de forma consciente nas comunidades, de modo que a Secretaria de Estado da Educação entendesse as necessidades de

⁴O Núcleo da Educação Indígena (NEI) coordena, dentro da Secretaria de Estado de Educação do Amapá, a educação escolar de nove etnias distribuídas em terras indígenas situadas no Estado do Amapá e norte do Pará a partir de três regiões específicas: Oiapoque, Parque do Tumucumaque e Pedra Branca do Amapari. O núcleo faz assessoramento administrativo, financeiro, antropológico, linguístico e pedagógico.

vida dos povos indígenas do Oiapoque sobre a escola, em que essa ensinasse a história do povo mostrando seu modo de produzir as coisas, de criar seus filhos, a organização vivida nos diferentes modos de vida dos sujeitos, com destaque também para os costumes diferentes entre as etnias.

A partir das orientações da proposta curricular, cujo objetivo foi efetivar uma educação para vida dos povos indígenas, percebemos na leitura e análise do documento que a intenção foi construir uma escola que pudesse educar e preparar a criança para o mundo, levando consigo a riqueza de sua cultura aprendida nas comunidades indígenas, não impedindo os ensinamentos que são repassados de pais para filhos pela oralidade a partir de experiências vividas e que estão diretamente ligadas a sua subsistência.

A nossa experiência demonstra que desde muito cedo a criança indígena já é levada a participar das práticas econômicas da família, como por exemplo, as crianças são ensinadas desde muito pequena ao manejo da pesca de subsistência, atividade muito praticada por grande parte dos indígenas para garantir o seu alimento. As atividades da roça, na fabricação da farinha, na fabricação de artesanatos, são práticas ensinadas. Além disso, os costumes são ensinados pelos mais velhos onde compartilham os valores morais, as crenças religiosas, a cura pela natureza. Vale considerar que na aldeia a gente convive com os saberes de cura tradicionais e os saberes da medicina, ensinados no posto de saúde. Portanto, são práticas que fazem parte da nossa vida cotidiana, que são passadas de geração em geração e que precisam ser contempladas no currículo escolar.

O jeito do povo é participativo, coletivo e colaborativo. A escola, então, deve ser feita em mutirão, com ajuda mútua entre alunos, com professores e incluindo a comunidade nas decisões, elaboração de programas e material didática. O protagonismo do povo, mesmo com assessoria de fora, é essencial para que a escola seja mesma indígena. A maneira de como ela trabalha, a sua metodologia, é tão importante, ou mais, do que o conteúdo que ela passa (CIMI, 2006, p. 32).

Assim, compreendemos que a escola indígena autêntica é aquela construída coletivamente pela comunidade, baseada em seu modo de viver e aprender, e que valoriza o protagonismo indígena em todas as etapas do processo educativo. Essa escola deve fortalecer os laços comunitários, a identidade cultural e a autonomia dos povos indígenas, tornando-se um espaço de continuidade e de renovação de seus saberes tradicionais.

De modo geral, percebemos que esta proposta curricular beneficiou e beneficia todas as comunidades indígenas, de modo que a escola busque refletir a vida e o rosto do povo,

vivenciando uma educação pautada na cultura e na origem do povo, contribuindo para a sistematização do conhecimento e preservação da identidade.

4.3 O CURRÍCULO DA ESCOLA INDÍGENA ESTADUAL JORGE IAPARRA - ALDEIA MANGA

Considerar o currículo um processo dinâmico: o currículo não é fechado, mas pode sempre ser melhorado, está aberto às sugestões dos pais, alunos, professores, porque foi feito pela própria comunidade (CIMI, 2006, p. 136).

A Escola Indígena Estadual Jorge Iaparrá, localizada na Aldeia Manga, oferece uma educação escolar pautada nas orientações do Currículo de Ensino Fundamental das Escolas Indígenas Karipuna, Galibi-marworno, Palikur e Galibi-Kalinã, discutido na seção anterior, bem como no Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI) juntamente com o Referencial Curricular do Amapá (RCA) que está fundamentado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Há uma preocupação em cumprir rigorosamente o que direciona a legislação que ampara a educação escolar indígena, ofertando componentes curriculares que abordam os princípios do povo, mas também os componentes da base nacional comum curricular.

Vale destacar que tanto quando fomos alunas da Escola Jorge Iaparra, quanto na nossa experiência durante as práticas e os estágios no âmbito do curso de Pedagogia, percebemos a preocupação da escola com as peculiaridades da comunidade, respeitando a história do povo e fazendo com que os alunos aprendam o ensino formal e tradicional, que é crucial para identidade indígena.

A escola indígena atende alunos da etnia Karipuna e de outras etnias, tanto na sede, quanto nos três anexos que estão localizados nas aldeias Benoá, Kariá e Lençol. Atualmente a escola tem o quantitativo de 330 alunos, sendo considerada a escola com maior número de alunos Karipuna, oferecendo os anos iniciais e finais do ensino fundamental e as séries do ensino médio regular. Na Jorge Iaparra todos os professores são indígenas.

O projeto político pedagógico da escola foi construído a partir do contexto de vida dos alunos indígenas, com intuito de valorizar sua identidade, tradições, culturas e saberes. Percebemos um estímulo à realização de práticas pedagógicas que proporcionem uma educação diferenciada, de modo que o educando tenha conhecimento de sua aldeia e do meio social.

Efetivamente, a matriz curricular da escola, oferta as disciplinas de Língua Materna e Cultura Indígena que são compartilhadas na língua indígena Karipuna kheuól e na língua portuguesa, de modo a facilitar a compreensão dos estudantes que só tem o contato com a língua na escola. Estes componentes curriculares são ofertados desde as séries iniciais até a terceira série do ensino médio, o que é de grande importância para preservação da cultura.

No ambiente escolar o processo de ensino-aprendizagem acontece a partir da realidade do aluno, com base nos fundamentos da educação intercultural e diferenciada, seguindo a vivência do povo. O educando que é falante fluente da língua kheuól é estimulado, pelo professor, a despertar a curiosidade do seu parente não falante, de modo a perceberem-se “como pertencente a um grupo social determinado e participante de uma realidade social mais ampla” (CIMI, 2006, p. 87).

Pelo fato do povo Karipuna está em situação de contato com outros povos há mais de 300 anos, os alunos têm o domínio da língua portuguesa, mas grande parte dos estudantes também fala a língua kheuól. Os pequenos, das séries iniciais, estão em processo de aprender e ter o domínio da língua materna, valorizando “sua própria linguagem e a de seu grupo social, como forma de expressão individual e meio de interação com o outro” (CIMI, 2006, p. 87).

A escola, apesar das dificuldades de infraestrutura, da falta de funcionários, de materiais didáticos diferenciados e da inadimplência do caixa escolar, consegue compartilhar uma educação de acordo com a realidade da comunidade, contribuindo para o desenvolvimento de pessoas autênticas, críticas, formadoras de opinião e capazes de manter a sua identidade étnica e cultural. Um fator relevante é que a escola trabalha em parceria com as lideranças e todos os membros da comunidade e juntas desenvolvem vários projetos, reuniões, e eventos a partir do próprio calendário da comunidade, de modo a atender o princípio comunitário. Sobre esta participação da comunidade, a proposta curricular destaca que:

A comunidade é a dona da escola. Por isso é importante que a escola, os professores, o diretor, e mesmo os funcionários do NEI e da Secretaria de Educação estejam sempre em contato com a comunidade e respeitem seus desejos. Para isso, precisa ter meios de participação: "o próprio conselho de educação" é um deles (CIMI, 2006, p. 147).

Essa forma de gestão anunciada na proposta curricular fortalece a autonomia dos povos indígenas, pois garante que a escola mantenha sua identidade cultural e reforça a idéia de que a educação é um direito coletivo, não apenas institucional. Esse princípio, de que a escola indígena deve ser guiada pela própria comunidade, é perceptível na escola Jorge

Iaparra. Há diálogo, respeito e mecanismos de participação efetiva, principalmente nas atividades de natureza cultural, onde toda a comunidade se envolve na busca pelo fortalecimento identitário através das tradições culturais.

Com o intuito de aprofundar o currículo da Escola Indígena Estadual Jorge Iaparra, apresentaremos três dessas atividades pedagógicas desenvolvidas pela escola que, para nós, refletem o rosto do povo e o projeto de vida Karipuna.

✓ SEMANA CULTURAL

A Semana Cultural Indígena é uma atividade celebrativa reconhecida nacionalmente, no estado do Amapá a lei nº 2.578, de 12 de Julho de 2021 institui a Semana Estadual da Consciência Indígena, a realizar-se no período de 13 a 19 de Abril. E a diversidade dos povos faz com que cada comunidade escolha o período que mais dialoga com seu modo de viver, seu território, seu tempo ecológico e suas tradições.

Desde que iniciou as atividades da semana cultural, o protagonismo ficava somente por conta das comunidades para realizar todos os preparativos do evento. Porém, ao passar do tempo as escolas assumiram o protagonismo da semana cultural, transformando-a em amostra cultural, pois percebeu-se que as comunidades indígenas aos poucos foram deixando de celebrar essa semana de suma importância para defender e relembrar a trajetória do povo indígena. Conforme Santos (2018, p. 03) “A Semana cultural é um projeto que surgiu com o intuito de valorizar a cultura indígena do povo Karipuna da aldeia Santa Izabel, Terra Indígena Uaçá, Oiapoque_AP”.

Na nossa aldeia, a Escola Indígena Estadual Jorge Iaparrá, através da diretora Nara Aniká juntamente com o cacique Luciano dos Santos, retomaram o projeto que surgiu com o intuito de valorizar a cultura indígena do povo Karipuna da aldeia Manga. Atualmente a Semana Cultural é considerada uma programação de grande importância dentro da escola e da comunidade. Ela acontece todos os anos entre os meses de novembro e dezembro e conta com a participação de alunos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, sob orientação e organização da gestão escolar, dos professores, dos estagiários, das organizações culturais e da própria comunidade. Conforme o Projeto Político-Pedagógico:

Então, a escola por ser diferenciada se preocupa com a educação tradicional de seu povo, na ocasião a referida escola desenvolve o projeto intitulado semana cultural incluindo: a dança tradicional Turé, produções literárias,

produções artísticas, saberes medicinais, culinária indígena Karipuna, jogos tradicionais educativos e documentários educativos [...] seguindo seu calendário específico com suas datas comemorativas e feriados comunitários, justamente com o propósito de consolidar o conhecimento tradicional, tendo em vista que, por conta do progresso, aos poucos a cultura vai mudando e alguns hábitos culturais vão deixando de ser praticados. (Escola Indígena Estadual Jorge Iaparrá, 2024, p. 08).

Fotografia 1- Oficina de pintura corporal



Fonte: As autoras (2023)

Fotografia 2 - Dança do Turé



Fonte: As autoras (2023)

O projeto da Semana Cultural tem como finalidade principal lembrar como aconteciam as tradições do povo Karipuna, como a dança tradicional do turé, que tem como objetivo principal incentivar as crianças e adolescentes indígenas da comunidade a valorizar essa dança tradicional dos povos indígenas do Oiapoque. Essa iniciativa fez reviver outras manifestações da arte indígena, que durante muito tempo estavam adormecidos como: artesanatos, pinturas corporais, grafismos, símbolos, artefatos em formas de animais. Logo, os pajés e outras pessoas da comunidade, detentoras de conhecimentos tradicionais, são grandes colaboradores para que esse processo de manifestação cultural seja repassado de geração para geração e dos antigos para os mais jovens.

As fotografias 1 e 2 representam os preparativos da Semana Cultural, demonstração da pintura corporal que é feita nos alunos e nos professores. Essas atividades são realizadas no formato de oficinas para confecção de artesanatos e artefatos indígenas, tecer os paneiros, balaios, vassouras, abanos, peneiras, tipiti, bancos e mastros, que darão suporte as todas as práticas vivenciadas durante o evento. Os preparativos são construídos até as datas marcadas para exposição do trabalho final.

Também foram incorporados à Semana Cultural a realização de atividades esportivas como: corrida do jamaxi, corrida de tora, arco e flecha, cabo de guerra, pescaria e outras brincadeiras locais da região que são incluídas. Santos (2018, p. 09) menciona que “[...] as

mudanças na programação feita ao longo desses dez anos de Semana Cultural são mudanças que permanecem a cada evento da Semana Cultural com intuito de desenvolver conhecimentos tradicionais dos alunos.”

Fotografia 3 –Desfile mirim dos meninos



Fonte: As autoras (2024)

Fotografia 4 –Desfile mirim das meninas



Fonte: As autoras (2024)

As fotografias 3 e 4 trazem as crianças participando do desfile. Consideramos que esta atividade com as crianças é um espaço de formação de identidade e fortalecimento da cultura indígena. Há um envolvimento das crianças e das famílias na confecção dos trajes e artesanatos, onde os conhecimentos ancestrais são repassados, enfatizando a valorização da identidade étnica e o aprendizado através da convivência comunitária, do brincar e da imitação das atividades dos adultos.

✓ SEMANA DOS POVOS INDÍGENAS

A semana dos povos indígenas é vivenciada sempre no mês de abril. É um evento para celebrar o “Dia dos Povos Indígenas”, a lei nº 14.402, de 08 de Julho de 2022, que instituiu o dia “19 de Abril” revogando o decreto lei nº 5.540 de 02 de Junho de 1943. Vale destacar que esse dia não surgiu a partir do movimento indígena, mas sim de uma decisão oficial na década de 1943 e se tornou, em muitas escolas, o único momento do ano em que a cultura indígena é mencionada, com uma abordagem costuma ser superficial: atividades simbólicas, caricatas, sem profundidade histórica, política ou cultural.

Infelizmente a cultura indígena ainda é vista de forma mitológica, folclórica e comemorada na data 19 de abril no calendário brasileiro. Essa data, nem se quer foi escolhida pelos indígenas, sendo mais utilizada para criar

estereótipos nas escolas do que para sensibilizar pela causa e luta dos povos originários (Battestin; Fidelis; Narsizo, 2022, p. 9).

Portanto, esta data não reflete, necessariamente, o modo como nós, povos indígenas, gostaríamos de ser representados. Assim, na nossa comunidade, utilizamos esta data para celebrar a diversidade da nossa cultura e refletir criticamente como estão as políticas públicas que garantam os direitos dos povos originários, bem como combater preconceitos e promover reflexões sobre a importância dos povos, destacando sua relevância para a proteção e preservação ambiental.

Contudo, no ano de 2017 o “Dia do índio” na Aldeia Manga foi diferente. Nós povos indígenas sabemos que essa data marca a conquista de nossa autonomia, guarda o respeito a língua materna e cultura, o direito de trabalhar em nossas aldeias em parceria com vários órgãos. Em 2015 surgiu mudanças na forma de comemorar o “Dia do índio”, assim, aconteceu o primeiro Fórum organizado pelo governo do Estado do Amapá na Aldeia Kumarumã, esse ano de 2017 o Fórum foi realizado na Aldeia Manga. O objetivo de sua realização exatamente em comemoração ao “Dia do índio” é exigir vários direitos nossos junto ao governo do Estado, como a construção de escolas e postos de saúde, melhorias na nossa água e na geração de energia, o cumprimento da alocação das aldeias da BR-156, entre outras. (Santos, 2010, p. 06).

É extremamente importante e necessário que nós, povos indígenas, sejamos respeitados, que nossos direitos sejam reconhecidos e garantidos, e que sejam desenvolvidas e implementadas políticas públicas de valorização de nossas culturas e que garantam a participação plena e efetivada do nosso povo nas decisões que afetam nossas vidas e nossos territórios, pois os povos indígenas são uma grande referência como guardiões das florestas e parceiros essenciais na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva e de um futuro equilibrado, saudável e sustentável para todas as gerações.

Fotografia 5 – Dança do Kutxi



Fonte: As autoras (2025)

Fotografia 6 – Dança do Kutxi



Fonte: As autoras (2025)

As fotografias 5 e 6 trazem a Dança do Kutxi apresentada na Semana dos Povos Indígenas desse ano de 2025. Consideramos que esta semana é um marco de resistência e importante forma de sobrevivência da nossa tradição. Ela é uma vitrine, onde demonstramos o jeito de ser do povo perante pessoas de outras culturas.

A Escola Indígena Estadual Jorge Iaparrá, por sua vez, é essencial nesta semana, pois todas as atividades didático-pedagógicas voltam-se para celebrar essa data de extrema importância. É um momento em que os alunos e o corpo docente se juntam com a comunidade e fazem uma programação para o fortalecimento cultural. A programação tem atividades de demonstração da cultura, onde a tradição se fortalece entre as novas gerações.

Fotografia 7 – Apresentação do grafismo



Fonte: As autoras (2025)

Fotografia 8 – Encenação de narrativas



Fonte: As autoras (2025)

As fotografias 7 e 8 representam mais atividades que são realizadas na Semana dos Povos Indígenas, como as danças tradicionais, encenação das narrativas, histórias contadas e as exposições dos nossos grafismos, trajes e artesanatos.

Gostaríamos de destacar a importância do artesanato indígena e como é importante que desde criança seja ensinado a arte de manusear os objetos que são expressão viva da cultura, da história, da espiritualidade e do modo de viver. O artesanato não é apenas um objeto decorativo, é conhecimento ancestral materializado e, muitas vezes, uma conversa entre indígenas e pessoas de outras culturas inicia a partir da comercialização do artesanato. E nesta conversa as pessoas passam a nos conhecer e a nos respeitar. Por isso é importante ensinar essa arte as crianças.

Para fazer o artesanato, toda a família participa. As crianças aprendem com os pais e os avós, observando, ouvindo e, por fim, confeccionando junto. Em geral, os materiais usados para fazer o artesanato são taquaras, sementes e cipós colhidos no mato. Algumas vezes, é

difícil encontrar este material na cidade. Por isso, outros materiais, como miçangas e tintas, são usados no trabalho indígena.

Por fim, trazemos a Semana dos Povos Indígenas, como um elemento chave na proposta curricular da escola, pois esta semana dialoga com as diferentes culturas, por isso é importante abordar questões fundamentais como território, direitos, diversidade de povos, línguas, saberes, desafios atuais e protagonismo indígena. Não queremos ser lembrados apenas na semana dos povos indígenas, pois diariamente lutamos pelo nosso território, pela soberania alimentar e, principalmente, por uma educação escolar indígena que forme pessoas fortes na identidade e que busquem melhorias para nossa comunidade.

✓ 07 DE SETEMBRO

Os povos indígenas ressignificaram o dia 7 de setembro, data em que oficialmente o Brasil conquistou sua independência no ano de 1822. Porém, como celebrar a liberdade e a independência se as condições de vida dos povos indígenas não melhoraram, pois suas terras continuaram sendo invadidas - assim como em 1500 -, bem como suas culturas continuaram sendo violentadas e seus direitos não foram reconhecidos pelo Estado? Por isso, os povos indígenas transformaram essa data em um dia de luta e reivindicação, criando um significado baseado em suas próprias realidades históricas.

Para nós indígenas, essa data representa a continuidade da nossa luta, onde denunciemos o processo de exclusão, de silenciamento e de genocídio, que teve início com a chegada dos europeus e continua até os dias atuais.

A independência, como comemorada nas ruas do Brasil, não trouxe libertação para nós povos originários, mas sim a continuidade da luta pela garantia dos nossos direitos e territórios. Anteriormente a Escola Indígena Jorge Iaparrá até comemorava o Sete de Setembro com desfiles cívicos e exaltação a pátria com hinos a bandeira, bem de forma tradicional. Porém, com o passar do tempo, as percepções foram mudando e, por meio de um acordo entre a escola e a comunidade, ficou decidido usar esse dia para celebrar nossa luta, trazendo e envolvendo os alunos, o corpo docente da instituição e a comunidade nas danças e jogos tradicionais e firmando cada vez mais os conhecimentos culturais passados de geração em geração.

As fotografias abaixo (9 e 10) apresentam a caminhada que a comunidade escolar juntamente com os alunos realizou pelos nossos direitos e pelas terras demarcadas no Sete de Setembro de 2023.

Fotografia 9 – Marcha pela comunidade



Fonte: As autoras (2023)

Fotografia 10 – Marcha pela comunidade



Fonte: As autoras (2023)

Esta marcha foi na rua principal da Aldeia Manga e representou um ato político e educativo, pois este dia passou a ser um dia de luta, não de festa. Passou a ser um dia de fazer memória histórica da colonização e de todo processo de expulsão dos indígenas dos seus territórios e o do apagamento cultural que nunca cessou totalmente. Para nós, é um dia para romper com a narrativa oficial imposta pelo Estado e trazeremos o protagonismo indígena, por meio de uma reflexão crítica e do fortalecimento identitário.

Fotografia 11 - Jogo do arco e flecha no espaço escolar



Fonte: As autoras (2023)

Após a marcha, todos participaram dos jogos tradicionais indígenas. Percebemos como os jogos, assim como a marcha, são atividades curriculares importantes, que ensinam os valores karipunas, como coragem, respeito, coletividade. Eles também promovem saúde física e mental, assim como fortalecem a identidade étnica. É o rosto do povo presente nas atividades. É um projeto de vida que prepara as crianças e jovens para atividades do cotidiano, que reforçam a espiritualidade e os rituais e mantêm viva a cultura ancestral.

As observações das atividades desenvolvidas no âmbito da **Semana Cultural, da Semana dos Povos Indígenas e do 7 de Setembro**, mostraram que “o currículo é documento de identidade” (Silva, 1999, p. 150), pois há uma produção identitária nos artesanatos, nos grafismos, nas histórias orais, nos jogos tradicionais, nas danças, nos mutirões e caminhadas coletivas. Todas essas atividades constituem expressões claras de que o currículo ultrapassa a sala de aula e se estende ao território, à coletividade e à ancestralidade. Elas mostram que a escola pode, sim, ser um espaço de afirmação cultural, de construção de autonomia e de formação integral.

Inferimos nesta subseção, que tratou especificamente do currículo da Escola Indígena Estadual Jorge Iaparrá, que este currículo apresenta, sim, importantes traços do rosto do povo Karipuna, especialmente ao integrar vivências comunitárias, práticas culturais e princípios identitários à formação escolar. Entretanto, seu fortalecimento exige continuidade: atualização permanente, diálogo constante com a comunidade, valorização linguística e cultural e ampliação das práticas pedagógicas que conectam a escola à vida coletiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo elaborado deste artigo teve como finalidade analisar as perspectivas legais e reais do currículo escolar Karipuna, procurando o rosto do povo e o projeto de vida que fundamenta a prática educativa na Escola Indígena Estadual Jorge Iaparrá. É essencial reconhecer a educação indígena que contextualize as vivências do povo Karipuna da Aldeia Manga desenvolvida pela escola.

A presente pesquisa permitiu compreender, como o currículo da Escola Indígena Estadual Jorge Iaparrá expressa — ou ainda busca expressar — o rosto do povo Karipuna e seu projeto coletivo de vida. Assim, analisamos as perspectivas legais e reais do currículo escolar Karipuna e, ao longo do percurso investigativo, articulamos documentos legais, referenciais curriculares, produções dos povos do Baixo Oiapoque e nossas próprias vivências enquanto acadêmicas indígenas em formação. Esse conjunto de olhares revelou que o currículo escolar indígena não é apenas um documento orientador, mas um espaço político, cultural e identitário em constante construção.

As vivências de nossos pais nas suas trajetórias escolares, as experiências observadas por nós durante as Práticas Pedagógicas e os Estágios Supervisionados, bem como os estudos sobre currículo na disciplina Teorias do Currículo, despertou o interesse por essa pesquisa. O processo de pesquisa possibilitou o contato com o Projeto Político Pedagógico da Escola

Indígena Estadual Jorge Iaparrá e documentos elaborados pelos povos indígenas da terra indígena Uaçá, onde foi possível observar a prática do currículo escolar indígena Karipuna.

A análise dos fundamentos legais da Educação Escolar Indígena, postos na Constituição Federal de 1988, na LDB de 1996, no RCNEI de 1998 e na Resolução CNE/CEB nº 05 de 2012, mostrou que a legislação brasileira assegura uma educação intercultural, bilíngue, específica e diferenciada. Entretanto, constatamos que a efetivação desses princípios depende, sobretudo, da capacidade da escola de dialogar com a comunidade, valorizar a língua materna, fortalecer a cultura e considerar as vivências comunitárias como parte legítima do processo educativo.

Ao analisarmos as práticas pedagógicas da Escola Indígena Estadual Jorge Iaparrá, vimos que a escola, junto ao seu corpo docente e a comunidade Karipuna, busca desenvolver um ensino-aprendizagem voltado à realidade dos seus alunos, fortalecendo seus costumes e tradições, assegurando essas conquistas no próprio Projeto Político Pedagógico.

O estudo do “Currículo de Ensino Fundamental das Escolas Indígenas Karipuna, Galibi-Marworno, Palikur e Galibi-Kalinã” (CIMI, 2006) evidenciou o protagonismo histórico das comunidades na construção de um projeto curricular próprio. Esse documento, fruto de mutirões comunitários, pesquisas locais e decisões coletivas, reafirma que uma escola indígena só existe plenamente quando construída e conduzida pelos próprios povos, tendo como base seus modos de vida, sua memória ancestral e seus projetos de futuro.

Vimos que a escola segue as propostas curriculares dos documentos oficiais articulando essas propostas ao currículo próprio, específico e diferenciado, com aulas ministradas na língua indígena/língua portuguesa, caracterizando os fundamentos interculturais, comunitários e bilíngues, que na atualidade é uma grande conquista das escolas indígenas, por não seguirem o propósito de civilização do processo de colonização que foi responsável pela extinção da língua originária de muitos povos.

As observações realizadas mostraram que a Escola Indígena Estadual Jorge Iaparrá se empenha em concretizar um currículo diferenciado, vivenciado no cotidiano escolar e que também expressa preocupação com a língua *kheuól*, com a continuidade dos saberes tradicionais, com a participação comunitária e com o fortalecimento identitário dos estudantes. Atividades como a Semana Cultural, a Semana dos Povos Indígenas e a ressignificação da data de 7 de Setembro revelam que a escola tem buscado alinhar a prática pedagógica ao modo de ser do povo Karipuna.

Apesar dos avanços, identificamos desafios que precisam ser enfrentados, como a insuficiência de materiais didáticos bilíngues, a carência estrutural, a necessidade de maior

valorização dos saberes tradicionais nos componentes curriculares, a ampliação da participação comunitária em alguns processos escolares e a formação dos professores indígenas. Assim, a partir desses desafios, sugerimos estudos futuros que aprofundem a relação entre currículo, língua materna, projetos de vida e a formação de professores indígenas no contexto da interculturalidade.

Para encerrar, reafirmamos que o currículo é um território simbólico onde se inscreve memórias, saberes, lutas e esperanças. No caso Karipuna, ele é também um caminho para garantir que as futuras gerações cresçam fortalecidas na identidade, no pertencimento e na capacidade de conduzir o destino de seu povo.

REFERÊNCIAS

AMAPÁ. Lei nº 2.578, de 12 de julho de 2021. **Institui a Semana Cultural da Consciência Indígena no Estado do Amapá**. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ap/lei-ordinaria-n-2578-2021-amapa-institui-no-ambito-do-estado-do-amapa-a-semana-estadual-da-consciencia-indigena-e-da-outras-providencias>. Acesso em 06 de jan. de 2026.

BARRETTO, Elba Siqueira de Sá. **Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.540, de 2 de junho de 1943. **Considera "Dia do Índio" a data de 19 de abril**. Diário Oficial da União, Brasília. Disponível em: Portal da Câmara dos Deputados <https://share.google/UXtFP5Vv84OD6b0BA>. Acesso em 07 de jan. de 2026.

BRASIL. Lei nº 14.402, de 8 de julho de 2022. **Institui o Dia dos Povos Indígenas e revoga o Decreto- Lei nº 5.540 de 02 de Junho de 1943**. Disponível em: L14402 https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/L14402.htm. Acesso em 06 de jan. de 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 5, de 22 de junho de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica**. Brasília, DF: MEC/CNE, 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. Diretoria de Políticas de Educação Fundamental. Comitê de Educação Escolar Indígena. **Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena**. 2. ed. Brasília, DF: MEC/SEF/DPEF, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1998.

BATTESTIN, C. FIDELIS, A. A. NARSIZO, G. A **Semana Cultural Indígena Enquanto Espaço de Conhecimento, Fortalecimento e Resistência da Cultura Kaingang**. 2022. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo>. Php?Script=sci_arttext&pid=S1983-92782022000100201. Acesso em 28 de ago. de 20 25.

CIMI, Conselho Indigenista Missionário. **Currículo de ensino fundamental das escolas indígenas Karipuna, Galibi-marwomo, Palikur e Galibi-Kalinã**. 2ª edição. Oiapoque/AP, 2006.

ESCOLA INDÍGENA ESTADUAL JORGE IAPARRÁ. **Projeto Político Pedagógico**. Comunidade Indígena Manga, Terra Indígena Uaçá. Organização: direção, coordenação pedagógica e professores. Oiapoque, 2024.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**/ Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/ Museu Nacional, 2006.

ROSA, Domingos Santa. **Para Cuidar da Terra Indígena: memórias e reflexões**. Organização: Augusto Ventura dos Santos; Rita Becker Lewkowicz. São Paulo: IEPÉ, 2020.

SANTOS, Gláucia dos. **Memórias da Semana Cultural na Aldeia Santa Izabel de 2006 a 2016**. 20 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Intercultural Indígena - Universidade Federal do Amapá, Oiapoque-AP, 2018.

SANTOS, Naia Forte dos. **O “Dia do Índio” Entre os Karipuna: a Comemoração do 19 de Abril na Aldeia Manga**. Turma 2010.

SAVIANI, Nereide. **Saber escolar, currículo e didática**. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução as teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VIDAL, Lux B. **Povos Indígenas do Baixo Oiapoque: o encontro das águas, o encruzo dos saberes e a arte de viver**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2009.